

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, referentes a conceitos, tipos e formas de controle na administração pública.

- 51 Os tipos e as formas de controle da atividade administrativa variam segundo o poder, o órgão ou a autoridade que o exercita ou o fundamenta.
- 52 Quanto ao aspecto controlado, o controle classifica-se em controle de legalidade ou de correção.
- 53 No caso das autarquias e das empresas estatais em geral, o controle é pleno e ilimitado.
- 54 A administração pública, no exercício de suas funções, controla seus próprios atos e se sujeita ao controle dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Acerca dos controles externo e interno na administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 55 O controle externo é exercido mediante provocação, ao passo que o controle interno é exercido apenas por iniciativa própria.
- 56 O controle externo é efetivado por órgão pertencente à estrutura do órgão responsável pela atividade controlada e abrange a fiscalização e a correção de atos ilegais.
- 57 Compete ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- 58 Cabe ao controle interno apoiar o controle externo na sua missão institucional de zelar pela regular aplicação dos recursos públicos.

Julgue os próximos itens, relativos ao controle parlamentar.

- 59 Representa hipótese de controle parlamentar a apuração de irregularidades por comissões parlamentares de inquérito.
- 60 O controle parlamentar caracteriza-se como um controle de mérito que visa apreciar a oportunidade ou a conveniência dos atos praticados pelo Poder Executivo.

Com relação ao controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens que se seguem.

- 61 Cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, excetuados aqueles repassados mediante convênio.
- 62 Em casos de ilegalidade, é permitido ao TCU, no uso de sua função sancionadora, fixar prazo para que o órgão ou a entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- 63 Compete ao TCU acompanhar, por meio de auditorias, inspeções e análises, a arrecadação da receita a cargo das entidades da administração indireta.
- 64 É vedado ao TCU apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público.

Acerca do controle exercido pela Controladoria-Geral do Município de João Pessoa (CGMJP) e por suas secretarias executivas, julgue os próximos itens.

- 65 O rol de atribuições da CGMJP excetua a apuração da utilização de recursos públicos municipais na prática de atos ilegais por agentes privados.
- 66 São atribuições da CGMJP a orientação técnica e a execução programática das atividades relacionadas ao sistema de controle interno.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação — Lei Federal n.º 12.527/2011 —, julgue os seguintes itens.

- 67 O acesso à informação compreende, entre outros, o direito à obtenção de informações relativas ao acompanhamento e aos resultados de programas executados por órgãos e entidades públicas.
- 68 O acesso à informação compreenderá o direito à informação acerca do resultado de prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, salvo as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 69 O princípio da unidade orçamentária determina que todas as despesas e todas as receitas de todos os poderes, órgãos e fundos estejam compreendidas no orçamento.
- 70 O ciclo orçamentário inicia-se com a elaboração do projeto de lei orçamentária e se encerra com a publicação da lei do orçamento pelo Poder Executivo, após sua aprovação pelo Poder Legislativo.
- 71 O orçamento-programa consiste no processo de elaboração de orçamento que exige dos gestores, a cada novo exercício, a justificativa detalhada dos recursos solicitados.

Com relação ao processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 72 Poderão ser abertos créditos suplementares ao orçamento desde que haja recursos disponíveis, ainda que oriundos de operações de crédito autorizadas nos termos legais.
- 73 As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada serão fixados no plano plurianual.
- 74 A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as prioridades da administração pública.
- 75 A lei orçamentária anual deve compreender, além do orçamento fiscal e da seguridade social, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Julgue os itens a seguir, relativos à receita pública.

- 76 Arrecadação de receita pública é o ato de transferir aos cofres públicos os valores monetários entregues pelos contribuintes.
- 77 Receita orçamentária efetiva é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente.
- 78 São critérios para a classificação da receita orçamentária a sua natureza e a fonte/destinação dos recursos.
- 79 A concessão de um serviço público para um particular representará uma receita de capital caso implique cessão de patrimônio imobiliário do Estado a terceiro.

No que se refere às despesas públicas, julgue os próximos itens.

- 80 O pagamento é o último estágio da despesa pública e só será realizado após a regular liquidação da despesa.
- 81 Uma despesa empenhada e não paga no exercício social em que havia sido prevista integra os restos a pagar e será classificada como despesa extraorçamentária do exercício em que se der o seu efetivo pagamento.
- 82 A obrigação de pagamento criada em função de lei e reconhecida como direito do reclamante somente em exercício posterior constitui despesa de exercícios anteriores.
- 83 Denomina-se despesa orçamentária a despesa que tenha sido realizada com o sacrifício de receitas orçamentárias, ainda que não tenha sido objeto de dotação orçamentária.

De acordo com a Lei do Direito Financeiro — Lei Federal n.º 4.320/1964 — e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — e suas alterações, julgue os seguintes itens.

- 84 Coube à LRF estabelecer normas gerais de direito financeiro destinadas à elaboração e ao controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- 85 Nos termos da LRF, transferência voluntária é a entrega de recursos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira a ente público ou privado, para a execução de atividade de interesse público.
- 86 A Lei do Direito Financeiro define subvenção econômica como uma despesa corrente destinada a empresa agrícola, pastoril, industrial ou comercial.

Acerca dos procedimentos de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 87 É vedado ao auditor utilizar a indagação oral, mesmo com o uso de questionários e a realização de entrevistas com os funcionários da entidade auditada, para obter dados e informações.
- 88 Entre os procedimentos de auditoria inclui-se o exame documental, o qual permite a análise de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
- 89 **Situação hipotética:** Um auditor refez os cálculos de uma planilha para a correção monetária de certa dívida municipal e, com o objetivo de averiguar as distorções encontradas, releu alguns documentos a fim de confirmar os termos que poderiam ter afetado os cálculos testados. **Assertiva:** Nessa situação, conclui-se que foi realizada uma revisão analítica para complementar as conclusões do auditor sobre a conferência do cálculo.
- 90 Inspeção consiste em verificar os registros das transações contábeis por meio da análise de documentos e ativos tangíveis.

- 91 **Situação hipotética:** Na execução de procedimentos de controle interno, um auditor acompanhou os procedimentos adotados por um agente público municipal durante a execução de uma operação. Em seu relatório, o auditor descreveu os referidos procedimentos bem como analisou os riscos da ação executada pelo agente público. **Assertiva:** Nessa situação, conclui-se que o auditor realizou uma revisão analítica.

Julgue os itens a seguir, relativos ao planejamento de auditoria.

- 92 Os principais aspectos não atrelados aos riscos, mas que deverão ser observados na fase de planejamento incluem a verificação e a comunicação de eventuais limitações relacionadas aos procedimentos da auditoria interna, tendo em vista o volume ou a complexidade das transações e das operações.
- 93 Na fase de planejamento, um dos aspectos a serem considerados na análise de risco é a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.
- 94 O planejamento para a realização de auditorias deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, sendo necessário constar nesse planejamento informações suficientes para a compreensão dos procedimentos que deverão ser executados pelos auditores.
- 95 O planejamento dos trabalhos da auditoria interna deve envolver a análise dos riscos, que, por sua vez, estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.

Julgue os próximos itens, referentes à governança no setor público.

- 96 Governança no setor público é um tema inovador que foi introduzido no Brasil, a partir de 2007, após a harmonização internacional contábil.
- 97 Entre os tipos de estruturas compreendidas pela governança incluem-se as estruturas administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal, as quais servem para garantir que as partes interessadas definam objetivos e alcancem resultados.
- 98 Estruturas de governança servem para maximizar conflitos, alinhar ações e trazer mais segurança à instituição.
- 99 Entre os objetivos da boa governança no setor público incluem-se garantir que a organização seja responsável com os cidadãos, mantendo-os, por meio da transparência, informados sobre decisões e riscos.

De acordo com o COSO ICIF 2013 (*Internal Control — Integrated Framework*), julgue os itens subsequentes, relativos a controles internos.

- 100 Na realização do controle interno, a análise sobre eficiência e eficácia relaciona-se ao exame das demonstrações contábeis, porém não abrange as operações de determinada instituição auditada.
- 101 Controle interno consiste no conjunto de processos desenhados para promover uma asseguuração razoável quanto ao alcance dos objetivos relacionados a operações, relatórios financeiros e cumprimento das leis.
- 102 Para atender aos objetivos relacionados ao termo *compliance*, que se refere basicamente à adesão de determinada instituição a leis e regulamentos, um auditor, ao analisar o cumprimento de aspectos legais por parte de determinada prefeitura, deve, por exemplo, verificar se o município está destinando o percentual mínimo de recursos que, de acordo com a lei, deve ser aplicado em áreas como saúde e educação.

Acerca de conceitos relativos à arquivologia, julgue os itens que se seguem.

- 103 No arquivo, o método de avaliação aplica-se a unidades isoladas e o julgamento não tem caráter irrevogável e envolve questões de conveniência, e não de preservação ou perda total.
- 104 Na organização de arquivos permanentes, o processo que consiste na ordenação estrutural ou funcional dos documentos em fundos é denominado arranjo.
- 105 A atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas explica a origem do acervo de arquivos.
- 106 Os objetivos do arquivo são técnicos, científicos e culturais.
- 107 Em relação ao tipo de documentação existente no arquivo, o acervo pode ser manuscrito ou impresso, mas a documentação deve ser única em seu lugar de armazenamento.
- 108 As formas pelas quais o material entra no arquivo são, em geral, a compra, a doação ou a permuta.

Acerca do gerenciamento da informação e da gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 109 Uma das atividades que podem ser realizadas no protocolo é o registro dos documentos.
- 110 O arquivo corrente caracteriza-se pela existência de uso em grande frequência ou de possibilidade de uso em um conjunto documental.
- 111 O arquivo intermediário, por sua natureza, deve ser descentralizado e ficar localizado próximo do usuário direto.
- 112 Os documentos existentes no arquivo permanente podem retornar aos arquivos correntes.
- 113 No arquivo corrente, prevalece o valor secundário, isto é, probatório e informativo.
- 114 O instrumento que operacionaliza a avaliação de documentos é a tabela de temporalidade.

Com relação às tipologias documentais e aos suportes físicos em arquivologia, julgue os itens subsequentes.

- 115 Uma das indicações para a digitalização de documentos é a necessidade do múltiplo acesso ou a grande demanda pela documentação.
- 116 Os originais de documentos permanentes que tenham sido microfilmados devem ser eliminados após cinco anos.
- 117 É dispensável submeter documentos arquivísticos digitalizados ou natodigitais ao plano de classificação ou à tabela de temporalidade.
- 118 O banho de gelatina é uma das técnicas de restauração que promove o aumento da resistência do papel.
- 119 Carta, ofício, memorando e relatório são exemplos de tipos documentais.
- 120 Deve-se manter o ar seco em depósitos de armazenamento de documentos em suporte papel.

Espaço livre